



POLÍTICA

Tribunal rejeita as contas de 2005 da Administração

DA REDAÇÃO

O Diário Oficial do Estado (DOE) publicou ontem o trânsito em julgado do processo 2.666/026/05, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que diz respeito às contas da Prefeitura no exercício de 2005. O processo já tinha parecer desfavorável da 1ª Câmara do TCE desde o ano passado.

De acordo com a assessoria de imprensa do tribunal, com o trânsito em julgado é impossível mudar o resultado do parecer no âmbito deste órgão. A assessoria de imprensa da Prefeitura, com base em informa-

ções da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, entretanto, afirmou que "a manifestação do Tribunal de Contas é prévia, ou seja, a decisão não é definitiva". Conforme a assessoria, a Prefeitura já entrou com recurso.

A Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1.990, prevê a inelegibilidade do agente público que tem as contas rejeitadas por irregularidades insanáveis e por decisão irrecorrível do órgão competente, pelo prazo de cinco anos, a contar da data da decisão. A única ressalva é nos casos em que a

questão ainda esteja em apreciação pelo Poder Judiciário. Mas a decisão pela inelegibilidade depende de decisão do Legislativo.

Além dos conselheiros do TCE, as contas do Executivo deverão passar, também, pelo crivo da Câmara.

DESPESAS

Informações do processo dão conta que, em 2005, no primeiro ano do prefeito Farid Madi, o Município investiu 25,93% das receitas de impostos no ensino e 17,06% na Saúde. A despesa com pes-

soal correspondeu a 45,74% da receita.

O tribunal também apurou que o déficit orçamentário no exercício foi de 2,11%, contra 10,35% no ano anterior, em 2004. Levando em conta os mesmos períodos, o déficit financeiro foi de R\$ 28 milhões 100 mil, contra R\$ 26 milhões 600 mil, respectivamente.

O estoque de restos a pagar foi de R\$ 59 milhões em 2005 e R\$ 40 milhões 600 mil em 2004. O estoque da dívida ativa foi de R\$ 882 milhões 200 mil, contra R\$ 792 milhões 700 mil.



Departamento Jurídico diz que Prefeitura vai entrar com recurso no



Sem elas

Desde o afastamento de Sirana Bosonkian, a Câmara de Guarujá está sem representação feminina.

Mas muitas mulheres estão de olho em uma cadeira do Legislativo da Pérola do Atlântico.